



COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM – CNPJ 09.325.874/0001-93

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A Companhia Brasileira de Bebidas Premium é uma sociedade anônima de capital fechado com instalações industriais situadas na cidade de Pindoretama, no estado do Ceará e uma filial, que atua como polo administrativo, localizada na capital do estado de São Paulo.

Nosso negócio consiste na produção de cerveja sob as marcas PROIBIDA e D'ÁVILA, que são comercializadas em toda a região nordeste do Brasil. Nossas operações de vendas se dividem em i) vendas ao comércio varejista, realizadas por intermédio de distribuidores de bebidas e ii) vendas diretas ao segmento de autosserviço, composto por redes de supermercados e lojas atacadistas.

No final de 2012 a companhia teve seu controle acionário assumido pelo Grupo Morizono, numa arrojada estratégia de nacionalização da marca **PROIBIDA**.

### 2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às normas legais e legislação societária, a administração da Companhia Brasileira de Bebidas Premium - CBBP apresenta as *Notas Explicativas* relativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As Demonstrações Contábeis e Financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2015, foram elaboradas com base nas normas editadas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC* e referenciadas nas normas internacionais expedidas pelo *IFRS (International Financial Reporting Standards)*, considerando documentos e informações que representam as transações realizadas pela companhia no decorrer do exercício.

### 3. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis e financeiras foram preparadas e são apresentadas conforme os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações contábeis e financeiras são apresentadas em reais (R\$), sem os centavos.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2015	31/12/2014
<i>Caixa e Equivalentes</i>	496.361	1.712.251

O valor de caixa e equivalentes refere-se aos valores disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de liquidez imediata, mantidos para pagamento das obrigações com vencimentos nos primeiros dias do exercício seguinte.

**5. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS DE CURTO E LONGO PRAZO**

	31/12/2015	31/12/2014
<i>Contas a Receber de Clientes</i>	9.041.365	6.860.341
<i>Outros Créditos - Curto Prazo</i>	1.206.153	84.347
<i>Adiantamento a Terceiros</i>	3.658.025	3.558.954
<i>Impostos a Recuperar - Curto Prazo</i>	1.603.910	1.460.106
<i>Outros Créditos - Longo Prazo</i>	4.148.996	4.095.145

Os créditos com clientes estão apresentados pelos seus valores nominais, na rubrica “contas a receber de clientes”, diminuídos das provisões para perdas de créditos de liquidação duvidosa. As perdas dos recebíveis são calculadas no final do exercício com base na estimativa considerada suficiente para cobrir perdas prováveis no recebimento dos créditos.

As variações de curto prazo na rubrica “outros créditos” compreendem valores gastos com publicidade em mídia nacional suportados pela companhia em 2015 e que foram compartilhados com outras empresas do grupo Morizono para recebimento em 2016. Nesta rubrica também estão considerados valores de depósitos recursais relativos a ações interpostas contra a companhia e que estão em fase de apreciação pelos órgãos competentes.

A rubrica “adiantamento a terceiros” apresenta o saldo de valores pagos aos fornecedores de matérias primas e embalagens, a título de antecipações relativas a contratos de fornecimento com entregas futuras. Estes valores fazem parte das transações correntes da companhia e são apropriados mensalmente ao longo do exercício financeiro/fiscal.

Na rubrica “impostos a recuperar – curto prazo” estão considerados R\$ 1,19 milhão relativos a créditos de icms sobre aquisições para o ativo imobilizado e créditos sobre o IPI-imposto sobre produtos industrializados – e que são passivos de validação junto aos fiscos federal e estadual, portanto não puderam ser aproveitados em 2015 e ficaram pendentes para compensação com impostos de





mesma natureza no próximo exercício. Os demais R\$ 400 mil referem a créditos correntes sobre as aquisições de materiais e insumos que permaneceram em nossos estoques no período e que serão compensados com os impostos devidos ao longo do próximo exercício.

A rubrica “outros créditos – longo prazo” registra valores relativos a ações interpostas contra a companhia e que estão em fase de apreciação pelos órgãos competentes, sem prazo definido para julgamento. Esta rubrica registra também o valor de R\$ 3,8 milhões relativos a créditos constituídos para pagamento de causas trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade seja remanescente da gestão dos antigos acionistas. Os valores são apurados e contabilizados nos períodos em que os processos são julgados e finalizados e o saldo credor ou devedor será apurado e liquidado no ato do pagamento da última parcela relativa à aquisição das ações da companhia, com vencimento em dezembro de 2018.

## 6. ESTOQUES

	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Estoques</u></b>	<b><u>8.502.593</u></b>	<b><u>10.168.825</u></b>
<i>Produtos Acabados</i>	196.011	637.569
<i>Produtos em Elaboração</i>	96.789	407.823
<i>Matérias Primas e Materiais de Embalagem</i>	5.183.742	5.220.787
<i>Materiais de Uso e Consumo</i>	796.168	432.559
<i>Materiais de Trade Marketing</i>	1.114.102	991.394
<i>Mercadorias para Revenda</i>	1.115.782	2.647.733
<i>(-) Provisão para Perdas nos Estoques</i>	-	(169.042)

O valor dos estoques reflete a estratégia da companhia de obter melhores preços em função da volatilidade dos valores de insumos e embalagens cotados em moeda estrangeira e assegurar as quantidades necessárias para manter a produção.

Os valores apresentados estão líquidos das perdas ocasionadas por quebras ocorridas durante o processo de armazenagem e carregamento, apuradas em inventário físico realizado no final do exercício. Estas perdas somaram R\$ 488 mil, já incluídos o valor de R\$ 149 mil relativo ao estorno dos créditos de impostos, conforme determina a legislação fiscal federal e estadual.

## 7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### 7.1 Imobilizado

Os valores do Ativo Imobilizado correspondem aos investimentos em bens de capital geradores de caixa para a companhia. No quadro abaixo são apresentados os valores contábeis por grupos de bens, líquidos das

depreciações acumuladas, que foram calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens.

<i>Descrição</i>	<i>Taxa de Depreciação</i>	<i>Imobilizado Líquido</i>
<i>Terrenos e Poços de Água</i>		189.938
<i>Benfeitorias em Propriedades de Terceiros</i>	4% a.a.	134.193
<i>Máquinas, Instalações e Equipamentos</i>	10% a.a.	15.477.176
<i>Móveis e Utensílios</i>	10% a.a.	671.000
<i>Garrafas e Garrafeiras</i>	10% a.a.	7.789.452
<i>Equipamentos de Informática e Processamento</i>	20% a.a.	288.993
<i>Ferramentas e Acessórios</i>	20% a.a.	9.043
<i>Veículos</i>	20% a.a.	173.100
<i>Imobilizações em Andamento</i>		34.140.025
<b><i>Total Líquido do Imobilizado</i></b>		<b>58.872.921</b>

O terreno onde está localizada a fábrica em Pindoretama-CE não é depreciado por tratar-se de bem imóvel de vida útil indefinida e cuja valorização ou desvalorização está atrelada ao mercado imobiliário.

## 7.2 Intangível

<i>Descrição</i>	<i>Taxa de Amortização</i>	<i>Intangível Líquido</i>
<i>Marcas e Patentes</i>		586.636
<i>Softwares e Licenças de Uso</i>	20% a.a.	78.704
<b><i>Total Líquido do Intangível</i></b>		<b>665.340</b>

Os valores do Ativo Intangível compreendem os investimentos realizados no registro das marcas de propriedade da companhia, contabilizados por seus valores originais de registros e não são amortizados por apresentar base de valor atrelada a seu desempenho no mercado econômico. Também integra este grupo os investimentos em softwares de controle operacional e administrativo, líquidos das amortizações acumuladas calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens.

## 8. OUTROS ATIVOS

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<i>Despesas do Exercício Seguinte</i>	42.062	21.291

As despesas pagas antecipadamente compreendem os prêmios pagos pelos seguros contra incêndio, raio, explosão, tumultos, greves e lock out de todo o imóvel da fábrica em Pindoretama-CE, com vigência a partir de 31 de julho de 2015 até 31 de julho de 2016, por valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros.




## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	<i>Curto Prazo</i>	<i>Longo Prazo</i>	<i>Total</i>
<i>FINAME - Banco Santander Codistil</i>	471.266	-	471.266
<i>FINAME - Banco Daycoval</i>	439.865	-	439.865
<i>FINAME - Banco do Nordeste do Brasil</i>	5.214.928	13.830.398	19.045.326
<i>Banco Santander Brasil</i>	15.599	-	15.599
<i>FDI - Fundo de Desenv. Nordeste (Inc. Fiscal)</i>	-	1.262.776	1.262.776
<i>Outros Financiamentos</i>	3.959.215	-	3.959.215
<i>Adiantamentos para Futuro Aumento do Capital</i>	-	51.660.459	51.660.459
<i>Outros Financiamentos (Debêntures 4 anos)</i>	-	52.065.211	52.065.211
<b><i>Total (Curto e Longo Prazo)</i></b>	<b>10.100.873</b>	<b>118.818.844</b>	<b>128.919.717</b>

- 9.1 O contrato de FINAME com o Banco Santander Codistil, firmado pela administração anterior, foi renegociado em 31/05/2012, no valor total de R\$ 1,4 milhão, divididos em 60 (sessenta) parcelas corrigidas mensalmente pela *tabela price* mais taxa de 0,38% a.m.
- 9.2 O contrato de FINAME com o Banco Daycoval foi firmado em 21/07/2011, para aquisição de 4 (quatro) unidades compressoras pistão, equipadas com 4 (quatro) compressores, a serem instalados na unidade fabril de Pindoretama-CE. O valor original contratado foi de R\$ 1,072 milhão, correspondente a 90% do valor total dos equipamentos, a ser pago em 60 parcelas mensais, corrigidas pela taxa de 6,5% a.a., com carência de 6 (seis) meses.
- 9.3 O contrato de FINAME com o Banco do Nordeste do Brasil foi firmado originalmente em 28/08/2009, por 10 (dez) anos e no valor de R\$ 32 milhões, para financiamento de máquinas e equipamentos industriais a serem implantados na fábrica de Pindoretama-CE. Em maio de 2013, o referido contrato foi renegociado, pelo prazo de 74 (setenta e quatro) meses, com parcelas fixas de R\$ 433.117 mil, corrigidas mensalmente pela taxa de 9,5% a.a., em sistema de amortização constante-SAC, até o final do contrato, previsto para 28/08/2019. A renegociação deste contrato conta com garantia real de imóvel de propriedade do acionista majoritário, avaliado em aproximadamente R\$ 34 milhões de reais, conforme escritura anexa ao referido contrato.
- 9.4 O contrato com o Banco Santander Brasil, firmado pela administração anterior e destinado a reforçar o capital de giro da companhia, foi renegociado em 31/05/2012, no valor total de R\$ 41,743 mil, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com parcelas corrigidas mensalmente pela *tabela price* mais taxa de 0,38% a.m.

- 9.5 A rubrica “FDI” refere-se ao incentivo fiscal obtido junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, em fevereiro de 2014 e que permite diferir o pagamento de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do ICMS próprio, apurado nas vendas dos produtos de fabricação própria, pelo prazo de 3 (três) anos. Durante o ano de 2015 pleiteamos junto à SEFAZ-CE o aumento do incentivo fiscal de 75% para 95% e estamos bastante confiantes no deferimento deste pleito que vai nos possibilitar melhorar ainda mais o nosso desempenho produtivo e comercial na região.
- 9.6 A rubrica “outros financiamentos” reflete o saldo de conta corrente com ex acionistas, a ser acertado por ocasião dos pagamentos das parcelas finais da aquisição das ações da companhia e também aos valores intercompany relativos a transações correntes para capital de giro próprio e cujas liquidações ocorrem mensalmente entre as companhias que integram o grupo PROIBIDA.
- 9.7 Na rubrica “Adiantamentos para Futuro Aumento do Capital” estão registrados os valores aportados pelo acionista majoritário, a título de capital de giro, para fazer frente aos gastos operacionais demandados pela estruturação da produção e comercialização da cerveja Proibida.
- 9.8 Em 23 de janeiro de 2015 a Companhia Brasileira de Bebidas Premium realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com condição suspensiva e fidejussória, no valor nominal total de R\$ 50 milhões, pelo prazo total de 48 meses e com pagamento de juros remuneratórios trimestrais a partir do sexto mês da data da emissão das debêntures.

A emissão foi realizada nos termos da instrução normativa 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários-CVM, conforme AGE realizada em 22 de janeiro de 2015, com a finalidade de captar recursos para liquidação das notas promissórias emitidas em novembro de 2014, reforço do capital de giro e honrar obrigações assumidas junto aos controladores da companhia.

A operacionalização e administração da operação ficou a cargo do Banco Itau Unibanco S.A., tendo como garantidores a empresa RS Morizono Empreendimentos e Participações Ltda, inscrita no CNPJ sob no. 02.964.887/0001-63 e o Sr. Yoshimi Morizono, empresário inscrito no CPF/MF sob no. 255.016.238-20.





As debêntures emitidas são remuneradas em 140% (cento e quarenta por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros-DIs, calculados de forma exponencial e pró rata temporis.

#### 10. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da companhia é de R\$ 88.988.132 (oitenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil, cento e trinta e dois reais), composto por 88.988.132 (oitenta e oito milhões, novecentas e oitenta e oito mil, cento e trinta e duas) ações ordinárias e nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

#### 11. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Os membros da administração da companhia fazem jus ao recebimento de honorários mensais fixados anualmente em assembleia, conforme determina o artigo 8º do Estatuto Social, na forma de pró-labore, como remuneração pelos serviços dedicados à gestão dos negócios da companhia. Para o exercício de 2015, amparada pelo mesmo artigo 8º do Estatuto Social, a administração abriu mão de seus honorários remuneratórios em razão dos resultados negativos da companhia.

#### 12. OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
<i>Fornecedores</i>	6.484.090	737.181
<i>Outras Obrigações</i>	654.181	903.332

As obrigações com fornecedores são apresentadas pelos seus valores nominais e representam a dívida líquida gerada pela aquisição de insumos, embalagens, materiais de consumo e mercadorias para revenda, utilizados nas operações de produção, comercialização e administração da companhia.

As demais contas a pagar registram, em sua maioria, os valores provisionados para pagamento dos contratos referentes a prestações de serviços técnicos, de consultoria e de assessoria jurídica.

#### 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2015	31/12/2014
<i>Impostos e Contribuições a Recolher</i>	2.664.705	2.372.693
<i>Impostos e Contribuições a Recolher - L. Prazo</i>	1.441.765	549.024

Os saldos apresentados na rubrica “impostos e contribuições a recolher”, no Passivo Circulante, compreendem R\$ 1,8 milhões relativos aos impostos indiretos contabilizados a partir dos valores apurados nos livros fiscais próprios

# PROIBIDA

e os tributos retidos de terceiros por força da legislação fiscal, que serão recolhidos aos cofres públicos em seus respectivos vencimentos no próximo exercício e R\$ 0,8 milhão correspondem às parcelas de curto prazo dos parcelamentos tributários liquidáveis no próximo exercício.

Na rubrica “impostos e contribuições – l. prazo” os saldos devedores referem-se a parcelas de longo prazo dos tributos federais e estaduais parcelados, devidamente acrescidos das multas fiscais e juros calculados pela taxa SELIC, aplicados a partir de seus vencimentos originais até a data dos respectivos parcelamentos. O prazo médio destes parcelamentos é de 60 (sessenta) meses.

## **14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

As obrigações trabalhistas compreendem os salários devidos no último mês do ano e os encargos previdenciários incidentes, inclusive a provisão para pagamento de férias aos funcionários, bem como alguns benefícios, cuja liquidação ocorre no primeiro mês do exercício seguinte.

## **15. RECONHECIMENTO DA RECEITA**

As receitas de vendas são reconhecidas pelo regime da competência e representam o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização dos produtos da companhia e também dos produtos adquiridos de nossa fábrica no estado da Bahia.

Da receita operacional bruta são deduzidas as devoluções de vendas, descontos, abatimentos e os impostos incidentes sobre as operações de comercialização.

As receitas são reconhecidas na contabilidade da companhia quando os riscos e os benefícios inerentes aos produtos são efetivamente transferidos ao comprador, não havendo incerteza razoável sobre o recebimento do valor faturado e/ou quaisquer outros vínculos entre a administração da companhia e os produtos por ela comercializados.

## **16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

As receitas financeiras compreendem a remuneração dos numerários mantidos em *aplicações financeiras* de curto prazo, em contas vinculadas às contas correntes bancárias, com remuneração baseada nas taxas dos certificados de depósitos interbancários-CDI e de juros moratórios incidentes sobre duplicatas recebidas após seus respectivos vencimentos.

As despesas financeiras compreendem os juros pagos sobre os empréstimos e financiamentos bancários, às tarifas cobradas pelos bancos comerciais sobre as transações correntes da companhia e aos juros remuneratórios das debêntures emitidas pela companhia (mencionadas na nota 10.8 acima). As taxas de juros e





multas moratórias sobre as operações de empréstimos, financiamentos e repactuações variam conforme o tipo da dívida e os termos contratuais das negociações.

#### 17. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos comercializados é calculado pelo preço médio ponderado móvel dos produtos acabados, conforme determina a norma contábil e fiscal do Brasil.

Os custos de fabricação são apurados pelo método de absorção direta, alocando todos os gastos efetuados pela companhia aos volumes produzidos no período correspondente.

#### 18. RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31.12.2015	31.12.2014
<i>Receita Operacional Bruta</i>	20.010.927	24.053.954
<i>Deduções da Receita Bruta</i>	(9.484.392)	(12.831.250)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>10.526.535</b>	<b>11.222.703</b>
<i>Custo das Mercadorias e Produto:</i>	<i>(8.834.665)</i>	<i>(10.255.892)</i>
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>1.691.871</b>	<b>966.812</b>
<i>Despesas Operacionais</i>	<i>(50.897.761)</i>	<i>(32.832.372)</i>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(49.205.890)</b>	<b>(31.865.560)</b>

O prejuízo líquido de R\$ 49,2 milhões apurado no exercício de 2015 é resultante dos i)gastos com a estratégia comercial da companhia, que abrange ações publicitárias na mídia televisiva, publicações especializadas e distribuição de material de merchandising e que somaram R\$ 20,1 milhões no período, ii)gastos com pagamento de juros sobre os empréstimos e financiamentos captados pela companhia para investimentos e capital de giro, somando R\$ 11,3 milhões no ano e iii)despesas operacionais que somaram R\$ 19,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Devido ao fraco desempenho das vendas da companhia no exercício de 2015 e, conseqüentemente a baixa geração de receitas, os gastos mencionados acima foram suportados pelos acionistas por meio de aportes para futuro aumento de capital e por captações de recursos no mercado financeiro via emissão de debêntures, fatores que elevaram o endividamento com bancos e acionistas em 49% no ano.

Ressalte-se que o fraco desempenho da companhia se deu em função do ambiente macroeconômico que afetou sensivelmente nossas operações na região nordeste, principalmente no primeiro semestre do ano. A partir do segundo semestre intensificamos nossas campanhas publicitárias e focamos nossa estratégia comercial no autosserviço, setor que engloba as redes de



supermercados e lojas atacadistas, para alavancar as vendas e elevar as receitas da companhia já a partir do próximo ano e no longo prazo respectivamente.

#### Relações com Auditores independentes

Em cumprimento às normas legais vigentes e para maior transparência, esta administração declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer emitido pela ETCA Auditores Independentes Ltda. acerca das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Pindoretama, 21 de março de 2016.

Meire Yasue Fukugauti  
Representante Legal  
CPF 269.698.578-24

Gilberto de Carvalho Divino  
Contador  
CRC SP 178300/O-5